

# Movimentos agrários e a luta pela transformação agroalimentar na África Austral

BOAVENTURA MONJANE

**RESUMO:** Este artigo analisa como movimentos agrários da África Austral – especialmente em Moçambique, Zimbábue e África do Sul – enfrentam o modelo corporativo de produção e comércio de alimentos. Destacam-se a Via Campesina África Austral e Oriental e a Assembleia das Mulheres Rurais, que exigem justiça além da Responsabilidade Social Corporativa e constroem alternativas econômicas agroecológicas que desafiam o poder corporativo no sistema agroalimentar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos agrários. Soberania alimentar. Via Campesina. Assembleia das Mulheres Rurais. África Austral



## Peasant movements and the struggle for agri-food transformation in Southern Africa

**ABSTRACT:** This article examines how agrarian movements in Southern Africa – particularly in Mozambique, Zimbabwe, and South Africa – confront the corporate model of food production and trade. It highlights La Via Campesina Southern and Eastern Africa and the Rural Women’s Assembly as key actors that demand justice beyond the limits of Corporate Social Responsibility and actively construct agroecological economic alternatives that challenge corporate power within the agri-food system.

**KEYWORDS:** Agrarian movements. Food sovereignty. La Via Campesina. Rural Women’s Assembly. Southern Africa.

---

**BOAVENTURA E. MONJANE**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Pós-doutor pelo Instituto de Estudos sobre Pobreza, Terra e Agricultura (PLAAS/UWC) e pesquisador associado do Instituto Africano de Estudos Agrários Sam Moyo. Coeditor do Journal of Peasant Studies e editor da Frontiers in Political Science.  
E-mail: boa.monjane@gmail.com

---

RECEBIDO: 04/12/2025

APROVADO: 09/12/2025

## 1 Introdução<sup>1</sup>

Este artigo investiga o papel dos movimentos agrários e de produtores de alimentos, nomeadamente a Via Campesina África Austral e Oriental (LVC-SEAf, La Via Campesina Southern and East Africa) e a Assembleia das Mulheres Rurais (RWA, Rural Women's Assembly), na construção de noções emergentes e contestadas de responsabilidade corporativa na África Austral. Focando-se na África do Sul, Zimbabwe e Moçambique, o estudo explora como estes movimentos articulam e implementam quadros de responsabilização contra-hegemônicos que desafiam os paradigmas dominantes do desenvolvimento neoliberal, da sustentabilidade liderada por corporações e da governança orientada para o mercado. Desenvolvimento neoliberal, neste contexto, refere-se a um modelo que prioriza a liberalização do mercado, a privatização e o investimento estrangeiro, enquanto subordina o bem-estar social, a redistribuição e os direitos coletivos à lógica do lucro e do crescimento (Neilson, 2020).

Este artigo destaca os saberes situados, os imaginários políticos e as estratégias coletivas mobilizadas por esses movimentos em suas interações com (e frequentemente em oposição a) atores corporativos nos setores agrícola e extrativo, assim como com o Estado.

Diante dos modelos corporativos extrativistas no agronegócio, que priorizam o lucro e perpetuam a desigualdade socioambiental, os movimentos sociais da África Austral estão cada vez mais moldando caminhos para práticas econômicas e comerciais baseadas na solidariedade. Isso inclui iniciativas em torno da soberania alimentar, agroecologia e sistemas de comércio alternativos que redefinem as economias de alimentos e agricultura com base na cooperação e na gestão ambiental, em vez da maximização do lucro (Wegerif, 2017; Monjane, 2022).

Ao fazer isso, eles conectam práticas localizadas de resistência e inovação a lutas mais amplas por uma economia justa, que busca democratizar a distribuição de recursos, desafiar desigualdades

---

1 Esta pesquisa foi apoiada pelo projeto *ERC-Consolidator Transnational Advocacy Networks and Corporate Accountability for Major International Crimes*, no âmbito do programa de pesquisa e inovação Horizonte 2020 da União Europeia (grant agreement nº 101002993 – CORPACCOUNT).

estruturais e priorizar o bem-estar social e ecológico em vez da acumulação corporativa. Este artigo destaca abordagens práticas tanto para a responsabilização corporativa quanto para a retomada dos processos de produção (incluindo decisões sobre o quê, quando e como produzir e comercializar), demonstrando como essas comunidades buscam estabelecer controle sobre os sistemas alimentares e, assim, democratizar a economia. Além disso, o artigo situa esses movimentos em um contexto mais amplo de práticas da economia solidária (Singer, 2003), explorando como os movimentos agrários incorporam princípios de equidade e justiça nos mercados regionais e nas relações comerciais orientadas pelas pessoas, contrapondo-se às forças dominantes do mercado com estruturas sustentáveis e centradas na comunidade. Ao apresentar essas estratégias localizadas, porém impactantes, o artigo contribui com uma perspectiva crítica sobre a responsabilização corporativa, defendendo a transição para sistemas econômicos que não apenas respeitem os direitos humanos e a integridade ambiental, mas também respondam às metas de bem-estar e sustentabilidade definidas pelas próprias comunidades. Os movimentos agrários como a Via Campesina e a Assembleia das Mulheres Rurais estão alinhados aos princípios e práticas da economia solidária. Eles defendem a democratização das economias rurais e agrárias, enfatizando a agência ativa dos camponeses e pequenos produtores, afirmando o controle sobre os meios de produção e promovendo relações diretas, horizontais e não mercantilizadas com os consumidores.

O conceito de economia solidária ganhou atenção significativa nas últimas décadas como um marco para desafiar as estruturas do capitalismo neoliberal, especialmente no contexto dos sistemas alimentares globais. A economia solidária promove justiça social, equidade, sustentabilidade ambiental e cooperação em vez de competição, defendendo a propriedade coletiva, a ajuda mútua e a tomada de decisões descentralizada (Bennie, 2014; Cunha; Lauris, 2016; Laville, 2023).

Essa abordagem contrasta fortemente com os modelos impulsionados por corporações, que priorizam a maximização do lucro e frequentemente marginalizam comunidades rurais e pequenos agricultores.

No Sul Global, os movimentos sociais agrários têm adotado os princípios da economia solidária como um caminho para construir a soberania alimentar, promover a reforma agrária e resistir ao crescente controle corporativo sobre a agricultura. Iniciativas de economia solidária são cada vez mais vistas como ferramentas essenciais para alcançar a soberania alimentar, práticas agrícolas sustentáveis e transformação econômica rural (Bennie; Satgoor, 2018) – uma avaliação que também se aplica ao contexto africano. Neste continente, e especialmente na África Austral, os movimentos sociais agrários têm mobilizado e operacionalizado ativamente os princípios da economia solidária, demonstrando como essas práticas econômicas e a organização coletiva andam de mãos dadas no desafio ao poder corporativo na agricultura, à desapropriação de terras e às condições de trabalho exploratórias. No entanto, as formas como a responsabilidade social corporativa (CSR) é contestada, apropriada ou resistida pelos movimentos agrários de base na África Austral ainda são pouco exploradas, evidenciando tanto as limitações das abordagens corporativas quanto o potencial transformador das práticas de solidariedade econômica enraizadas localmente.

O interesse corporativo em alimentos e agricultura está se expandindo cada vez mais na África, impulsionado por investimentos do agronegócio, aquisições de terras em larga escala – ou usurpação e grilagem de terras – e por políticas que favorecem modelos agrícolas liderados por corporações. Essa crescente presença corporativa contrasta com a realidade predominante da produção de alimentos no continente, onde a maioria dos agricultores são pequenos produtores camponeses que dependem principalmente de práticas agrícolas tradicionais, sistemas de conhecimento ancestral e sementes próprias ou trocadas localmente, em vez de insumos fornecidos por empresas, como sementes híbridas, fertilizantes sintéticos e pesticidas químicos (Monaje, 2021).

Apesar das narrativas corporativas que enquadram a agricultura industrial como necessária para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico (World Bank, 2007), a crescente penetração dos interesses do agronegócio mina os sistemas alimentares baseados em camponeses, ameaçando a autonomia dos pequenos

agricultores. A expansão do controle corporativo sobre sementes, insumos e mercados aprofunda dependências, erosiona a biodiversidade e marginaliza práticas agroecológicas que há muito sustentam os meios de subsistência rurais e a resiliência ecológica. À medida que os atores corporativos promovem a comercialização e a financeirização da agricultura africana, surgem tensões entre a soberania alimentar camponesa e os modelos impulsionados pelo agronegócio, que priorizam o lucro em detrimento de sistemas alimentares sustentáveis e centrados nas comunidades. O poder corporativo passou a dominar o sistema agroalimentar da África Austral, remodelando o ambiente alimentar do consumidor de formas que consolidam a desigualdade e a exclusão. Processos de consolidação corporativa e concentração de mercado na produção agrícola, no processamento de alimentos e no varejo geraram um sistema que restringe as escolhas e a agência de produtores e consumidores de pequena escala, particularmente em comunidades marginalizadas (Greenberg, 2017).

Este artigo está estruturado da seguinte forma: depois desta introdução, a seção dois apresenta uma revisão da literatura sobre movimentos sociais no marco da agroecologia e da economia solidária na África Austral, introduzindo também a Via Campesina África Austral e Oriental e a Assembleia de Mulheres Rurais, assim como examina como esses movimentos problematizam a responsabilidade social corporativa (CSR) e reconfiguram a responsabilização empresarial. A seção quatro explora empiricamente como os movimentos agrários na África Austral resistem ao e confrontam o poder corporativo na prática por meio de suas lutas, abordando também as restrições que enfrentam ao mesmo tempo que discute possibilidades e caminhos nas economias de solidariedade agrária, analisando limitações, dilemas estratégicos e o terreno desigual desses esforços. Por fim, a seção cinco apresenta conclusões, retomando os principais pontos de debate e destacando os insights centrais do artigo.

## **2 Movimentos Sociais, Agroecologia e a Economia Solidária na África Austral**

Movimentos sociais agrários são organizações, amiúde de base comunitária, que representam, organizam e mobilizam pequenos agricultores, incluindo pescadores, pastores e comerciantes informais diretamente ligados à produção e distribuição de alimentos em pequena escala. Esses movimentos surgem como resposta à marginalização socioeconômica e política de produtores rurais e periurbanos, defendendo seus direitos e interesses, como meios de subsistência e acesso a recursos como terra, água e mercados (Borras Jr.; Edelman; Kay, 2008; Monjane, 2021). Na África Austral, onde o setor informal constitui uma parcela significativa da atividade econômica e do emprego (Chikanda; Raimundo, 2017), os movimentos sociais agrários desempenham papel crucial na organização e apoio a esses trabalhadores e comerciantes agrícolas. Dada sua vulnerabilidade à exploração capitalista, às condições de trabalho precárias e à exclusão social sistêmica, esses movimentos oferecem uma plataforma para ação coletiva, incidência política e resistência contra políticas e dinâmicas de mercado que ameaçam sua autonomia e bem-estar, confrontando assim as políticas neoliberais que agravaram as desigualdades no acesso e controle da terra.

Movimentos agrários também enfatizam que a luta pela soberania alimentar e pela agricultura sustentável – a agroecologia – não se resume ao acesso à terra, mas envolve também a retomada do controle do sistema agrícola das mãos das corporações, devolvendo-o àqueles que dele dependem para sua subsistência. Em vez de depender das cadeias de suprimento corporativas, pequenos agricultores na África Austral mantêm redes locais e regionais, promovendo resiliência e autossuficiência. Essa dinâmica constitui uma alternativa à mercantilização da terra e da agricultura, destacando a importância da produção local conduzida pelos agricultores como contraponto às tendências exploratórias do agronegócio global. Nesse contexto, movimentos como a Via Campesina África Austral e Oriental (LVC-SEAf) e a Rural Women’s Assembly (RWA) exemplificam formas de solidariedade econômica que conectam a resistência de base às lutas mais amplas por justiça social, econômica e ecológica.

A agroecologia não se configura apenas como um conjunto de práticas agrícolas, mas como uma abordagem politicamente situada e territorialmente enraizada de transformação dos sistemas alimentares, impulsionada sobretudo por processos de intercâmbio e organização camponês-a-camponês (Val et al, 2019). Os autores demonstram como os processos de formação de base promovidos pela Via Campesina contribuíram para a construção simultânea do significado simbólico e da materialidade da agroecologia, articulando pessoas, território e práticas ecológicas de modo a desafiar as estruturas dominantes do sistema agroalimentar e a engendrar um novo sujeito sociopolítico – o ‘campesinato agroecológico’ – situado no centro das lutas pelos meios de vida rurais, pela soberania alimentar e por vias alternativas de desenvolvimento (Val et al, 2019, p 2).

### **2.1 A Via Campesina África Oriental e Austral (LVC-SEAf) e a Assembleia de Mulheres Rurais**

A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses, agricultores de pequena e média escala, sem-terra, trabalhadores rurais, comunidades indígenas e mulheres agricultoras, comprometido com a defesa da soberania alimentar, reforma agrária e agroecologia como pilares da justiça social, ambiental e econômica. Fundada em 1993 em Mons, Bélgica, no contexto da crescente globalização e da consolidação de políticas agrícolas neoliberais sob instituições como a Organização Mundial do Comércio, a LVC surgiu como um ator transnacional crítico na luta contra a corporativização da agricultura e a erosão dos meios de subsistência camponeses. O movimento foi estabelecido em resposta à marginalização das vozes rurais em fóruns globais de políticas públicas e à devastação causada por programas de ajuste estrutural, desapropriação de terras e agricultura voltada à exportação no Sul Global. Desde sua criação, a LVC tornou-se uma das redes camponesas mais significativas do mundo, tanto em alcance quanto em influência. Em 2024, a LVC afirma representar mais de 200 milhões de pessoas por meio de uma federação de 182 organizações-membro em 81 países da África, Ásia, Europa e Américas (Martínez-Torres; Rosset, 2010; Borrás Jr., 2023).

Por meio do conceito de soberania alimentar, articulado pela LVC em 1996 durante a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, o movimento não apenas reformulou debates globais sobre sistemas alimentares e justiça agrária, mas também ofereceu uma alternativa radical ao modelo dominante de segurança alimentar, priorizando o direito dos povos de controlar seus próprios sistemas alimentares, sementes, territórios e recursos naturais. De forma semelhante, a promoção da agroecologia camponesa pela LVC busca recuperar e expandir práticas agrícolas tradicionais, indígenas e ecologicamente sustentáveis, como forma de resistência ao agronegócio e como uma visão para futuros rurais pós-capitalistas.

Na África Austral, a LVC é representada por diversas organizações-membro, incluindo o Fórum de Pequenos Agricultores Orgânicos do Zimbábue (ZIMSOFF), a União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC) e a Campanha pela Soberania Alimentar (África do Sul). Na região, a LVC promove a agroecologia liderada por camponeses como forma de resistência ao agronegócio e como alternativa ecológica e socialmente justa.

Embora integrada ao movimento internacional mais amplo, as articulações nacionais e regionais da Via Campesina na África Austral refletem as lutas políticas, agrárias e ecológicas específicas da região e dos países. Além da mobilização e incidência (*advocacy*), os membros da Via Campesina na África Austral e Oriental cultivam solidariedade por meio de práticas concretas de troca e apoio mútuo. Camponeses de Moçambique, Zimbábue e África do Sul visitam-se mutuamente para compartilhar experiências, conhecimentos agroecológicos e sementes, criando redes vivas de cooperação que fortalecem resiliência e autonomia. Alguns membros também participam do comércio transfronteiriço de seus produtos, mostrando que suas lutas não se limitam a resistir às políticas neoliberais agrárias, mas também a construir economias alternativas baseadas em solidariedade e reciprocidade.

A RWA é uma rede regional de orientação feminista e interseccional que reúne mulheres rurais de toda a África Austral em busca de justiça social, ecológica e econômica. Fundada em 2009, a RWA surgiu a partir do movimento mais amplo pela soberania alimentar

e reforma agrária, reconhecendo que as mulheres rurais, frequentemente na linha de frente do despejo, das mudanças climáticas e da violência patriarcal, devem ser protagonistas na definição do futuro das economias e ecologias rurais. Foi oficialmente lançada em uma reunião regional na Cidade do Cabo, África do Sul, como resposta coletiva à marginalização das vozes das mulheres rurais dentro dos movimentos camponeses e dos espaços de política nacional.

Desde sua fundação, a RWA tornou-se uma plataforma política robusta, atuando em pelo menos onze países da África Austral e Oriental: África do Sul, Zimbábue, Moçambique, Namíbia, Lesoto, Malawi, Zâmbia, Essuatíni (antiga Suazilândia), Botsuana, Tanzânia e Maurícias. O movimento afirma representar e mobilizar mais de 500.000 mulheres por meio de uma rede de organizações de base, cooperativas e sindicatos camponeses. Embora não seja uma organização de filiação formal, sua influência se constrói por meio de alianças locais e regionais densas, enraizadas em educação popular, agroecologia, formação política feminista e ação direta (Andrews, 2019).

Tal como na América Latina, onde os feminismos construídos por mulheres indígenas e camponesas constituem um processo político próprio, enraizado nas lutas territoriais, comunitárias e de defesa da vida, que desafia tanto o patriarcado quanto o colonialismo e o capitalismo (Barbosa, 2019), na África Austral a RWA desafia tanto paradigmas corporativos quanto os modelos de desenvolvimento estatal neoliberal que tratam territórios rurais como zonas sacrificáveis para acumulação de capital (Andrews, 2019; De Souza, 2021) assim como desafia o patriarcado, valorizando as experiências vividas e o conhecimento ecológico das mulheres,

No Zimbábue, mulheres da RWA organizaram bloqueios e ações legais contra empresas extrativas que não obtiveram consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas.<sup>2</sup> Essas ações devem ser compreendidas como uma demonstração de um entendimento sofisticado tanto dos mecanismos legais quanto do poder das bases comunitárias. A RWA articula, assim, uma política

---

2 Entrevista pessoal com membro da Women and Land (Zimbábue), Joanesburgo, 13 de junho de 2025.

camponesa feminista que posiciona as mulheres rurais não como vítimas, mas como agentes de transformação. Seu trabalho político abrange diversos campos, desde a formação em agroecologia e a soberania das sementes até a defesa dos direitos à terra e da justiça climática, fundamentado em uma ética de cuidado, solidariedade e mudança sistêmica. Dessa forma, a RWA representa não apenas um movimento pelos direitos das mulheres rurais, mas também uma força vital na luta mais ampla pela democratização da terra, dos sistemas alimentares e dos futuros ecológicos na região.<sup>3</sup>

### **3 Resistência ao Poder Corporativo**

Nas últimas décadas, a África Austral tornou-se um espaço central para a expansão do capital extrativo e agrário, marcado pela intensificação dos investimentos corporativos em mineração, agricultura em larga escala, silvicultura e desenvolvimento de infraestrutura. Esses processos têm sido facilitados por atores nacionais e transnacionais, frequentemente sob a bandeira do desenvolvimento, da modernização e da redução da pobreza. No entanto, estudos críticos têm mostrado cada vez mais que tais desenvolvimentos frequentemente resultam em profundas perturbações socioambientais, incluindo a desapropriação de terras, deslocamentos, degradação ecológica e a erosão dos meios de subsistência rurais (Oya, 2010; Chambati; Mazwi; Mberi, 2018; Greenberg, 2024). O impacto é especialmente pronunciado para agricultores de pequena escala e camponeses, que se veem excluídos ou incorporados de maneira adversa às cadeias de valor capitalistas, comprometendo sua autonomia e ameaçando sistemas históricos de produção coletiva, posse consuetudinária e arranjos econômicos alternativos.

Em resposta às críticas crescentes e à resistência popular, corporações e seus aliados nos governos e no desenvolvimento internacional têm utilizado o discurso e a prática da

---

3 Entrevista pessoal com uma técnica da TCOE, Cidade do Cabo, 7 de maio de 2025. Trust for Community Outreach and Education (TCOE) é uma organização sediada na Cidade do Cabo que atua como secretaria da Rural Women's Assembly.

Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para apresentar suas operações como socialmente benéficas e eticamente fundamentadas. Iniciativas de RSC, que vão de projetos de desenvolvimento comunitário a planos de gestão ambiental, são frequentemente apresentadas como evidências do compromisso corporativo com os direitos humanos e a sustentabilidade. No entanto, um número crescente de estudos critica a RSC como uma forma de “*corporate-washing*”, que serve para legitimar e despolitizar práticas extrativas enquanto mascara violações contínuas de direitos e padrões ambientais (Ahluwalia, 2022). Em muitos casos, a RSC funciona menos como ferramenta de responsabilização e mais como estratégia para conter a resistência, fragmentar a oposição e substituir demandas por obrigações legalmente vinculantes por gestos voluntários e simbólicos (Rajak, 2011). Portanto, a RSC pode ser entendida como uma ferramenta estratégica para assegurar legitimidade e consentimento – e não como um esforço de sustentabilidade fracassado.

Ela mascara práticas exploratórias enquanto reforça o controle corporativo sobre sistemas alimentares, terras e trabalho. Ao enquadrar problemas estruturais como solucionáveis por iniciativas voluntárias, a RSC desvia a atenção de mudanças estruturais. Compreendidos pelos movimentos sociais como parte de uma estrutura mais ampla de RSC, esses Princípios têm sido amplamente criticados – inclusive pela Via Campesina – por permanecerem em grande parte ineficazes e por terem sido cooptados por mecanismos de responsabilidade corporativa que não abordam os desequilíbrios estruturais de poder no terreno (La Via Campesina, 2016). Assim, a LVC faz parte de uma campanha global mais ampla que defende um tratado legalmente vinculante para corporações transnacionais, cujo projeto está em negociação na ONU desde 2014.<sup>4</sup>

Na África do Sul, grandes corporações agrícolas, como Tongaat Hulett e Afgri, têm sido há muito implicadas em padrões de

---

<sup>4</sup> Ver também CHIOREAN, Andru. A world where there are many worlds: fragmentation of civil society’s advocacy for a UN Business and Human Rights Treaty. In: GROSSESCU, Raluca; DALE, John G. (Org.). Corporate Accountability for Human Rights Violations: Civil Society and Transnational Activism across the World. Springer, 2025 (a publicar).

concentração de terras e exploração do trabalho, muitas vezes sob a aparência de programas de responsabilidade social corporativa (CSR) que não conseguem enfrentar as desigualdades estruturais herdadas do apartheid (HALL, 2011). De forma semelhante, a Green Fuel, produtora de etanol no Zimbábue, foi acusada de deslocar centenas de pequenos agricultores na região de Chisumbanje sem a devida compensação, levantando questionamentos sobre a cumplicidade do Estado e os limites da retórica da CSR na proteção dos meios de subsistência rurais (Helliker; Tendai, 2011). Em Moçambique, corporações transnacionais como a Portucel Moçambique (ligada à gigante portuguesa de papel The Navigator Company) adquiriram vastas concessões de terra para plantações de eucalipto em monocultura, desencadeando resistência por parte das comunidades camponesas, frustradas pela falta de consulta e pela conseqüente degradação ambiental (Nhantumbo; Salomão, 2010; Norfolk; Quan; Mullins, 2020). Em cada um desses casos, a corporação alegava implementar iniciativas de CSR; no entanto, elas não se traduziram em responsabilização significativa, o que explica a resistência no terreno.

Uma ilustração contundente da natureza contraditória da expansão do agronegócio capitalista pode ser observada no caso de Moçambique, onde o ProSavana – uma iniciativa estatal de 2009 promovida em colaboração com capital e atores estatais do Brasil e do Japão – buscou integrar pequenos agricultores às cadeias globais de valor. Apresentado como uma estratégia de desenvolvimento rural e modernização, o programa tinha como objetivo incorporar produtores camponeses a um modelo monocultural de grande escala, voltado à produção em massa de soja e outras commodities agrícolas de exportação. No entanto, como os movimentos camponeses liderados pela União Nacional de Camponeses (UNAC) – membro da Via Campesina – argumentaram com veemência, a lógica estrutural do projeto era fundamentalmente extrativista: em vez de empoderar os pequenos produtores, corria o risco de desapropriá-los, apropriando-se de suas terras para abrir caminho a um agronegócio intensivo em capital (Funada-Classen, 2019; União Nacional De Camponeses, 2012).

Após mais de uma década de resistência, o projeto foi finalmente derrotado, demonstrando não apenas a capacidade dos movimentos camponeses organizados de desafiar agendas neoliberais de desenvolvimento, mas também as contradições inerentes a programas que afirmam promover a inclusão enquanto avançam um modelo baseado no cercamento e no deslocamento. A resistência da UNAC ao ProSavana foi marcada por campanhas estratégicas, alianças transnacionais e incidência persistente. Por meio da campanha “Não ao ProSavana”, a UNAC emitiu cartas abertas e mobilizou a opinião pública contra o projeto, exigindo transparência e a proteção dos direitos camponeses. Em aliança com movimentos internacionais como a LVC e grupos da sociedade civil no Japão e no Brasil, a UNAC internacionalizou a luta, levando-a a fóruns globais como a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano e as Nações Unidas. Esses esforços combinados, junto às críticas sobre a ausência de consentimento livre, prévio e informado, contribuíram para atrasos, suspensão e, finalmente, a interrupção da implementação do ProSavana em 2020.

Crucialmente, movimentos como a LVC-SEAf e a RWA não são meramente formações reativas contra o extrativismo corporativo e a negligência estatal. Eles também articulam alternativas construtivas e prefigurativas, lançando as bases para o que pode ser entendido como governança socioecológica de base. Por meio de escolas de agroecologia, bancos comunitários de sementes e iniciativas cooperativas de comercialização, eles desenvolvem infraestruturas autônomas de produção, distribuição e circulação de conhecimento. Essas práticas geram, de fato, marcos regulatórios, moldando normas ambientais e sociais em territórios onde a capacidade estatal é ausente, capturada ou conivente.

Essa abordagem dual ressalta o compromisso das comunidades em defender seus meios de subsistência e direitos ancestrais à terra. É comum que pequenos agricultores na África do Sul recorram aos tribunais para resolver conflitos com atores corporativos ou outros que violem seus direitos. Esse é o caso de um camponês em Wupperthal, na província do Cabo Ocidental, que processou judicialmente um agricultor comercial e capitalista em um tribunal de Cape Town por cercar ilegalmente uma estrada que fornece acesso vital a terras historicamente utilizadas por camponeses para

a produção de chá — terras que a comunidade afirma fazerem parte de seu patrimônio ancestral. O caso foi iniciado pelo camponês que é também ativista afiliado à Campanha pela Soberania Alimentar (*Food Sovereignty Campaign*), organização-membro da LVC.

Wupperthal – uma comunidade remota e historicamente marginalizada no Cabo Ocidental, África do Sul – tem sido há muito um local de contestação de terras. Os residentes locais têm exigido repetidamente a restituição das terras atualmente formalmente pertencentes à Igreja Morávia, apresentando reclamações à câmara municipal e pressionando a liderança da igreja, que as arrenda a agricultores comerciais brancos (Monjane, 212). O agricultor camponês de Wupperthal explicou em entrevista que: “A terra pertence aos nossos antepassados. A nossa luta é para que ela volte para o nosso povo original. Eles ainda querem governar e controlar-nos – e não podemos aceitar isso.”<sup>5</sup> A comunidade estima que o encerramento da estrada lhes tenha custado aproximadamente 18.000 ZAR (cerca de R\$ 5.616,00) num único dia de colheita do chá rooibos. Acrescentou:

não estamos apenas a plantar comida – estamos a construir liberdade. A terra mostra-nos como viver juntos sem que ninguém nos controle. Cada semente que colocamos no solo é uma escolha de ficar, de resistir e de criar uma forma de vida diferente daquela que as empresas esperam de nós.<sup>6</sup>

Em Wupperthal, os camponeses afiliados à LVC estão envolvidos numa economia local de múltiplas camadas, baseada em princípios de soberania alimentar e gestão ecológica. Em contraste com o modelo dominante de produção de chá de rooibos orientado para a exportação, frequentemente controlado por grandes agronegócios e direcionado para os mercados globais de commodities, os produtores de Wupperthal optaram por um cultivo em pequena escala, conduzido pela comunidade. O rooibos é cultivado

---

5 Entrevista pessoal com um membro da comunidade e agricultor camponês, Wupperthal, 28 de maio de 2025.

6 Entrevista pessoal com um membro da comunidade e agricultor camponês, Wupperthal, 28 de maio de 2025.

utilizando métodos agroecológicos, com ênfase na regeneração do solo, biodiversidade e conhecimentos tradicionais, e é processado localmente para manter o valor dentro da comunidade. Paralelamente ao rooibos, os agricultores locais cultivam vegetais sazonais e, cada vez mais, cultivam marijuana (*cannabis*) para uso medicinal e de subsistência em mercados comunitários informais.<sup>7</sup> Essas práticas agrícolas diversificadas não apenas garantem soberania nutricional e resiliência, mas também afirmam a autonomia territorial frente às lógicas extrativas do agrocaptal.

Apesar de Wupperthal ser reconhecida como o berço do rooibos, onde camponeses cultivam a planta organicamente há mais de dois séculos, uma empresa chamada Wupperthal Rooibos 1830 assumiu o controle de segmentos-chave da cadeia de valor do rooibos, marginalizando os produtores locais enquanto coopera com uma cooperativa local. Ironicamente, a empresa reconhece a história profundamente enraizada e comunal da produção de rooibos, mas consolida poder econômico de formas que excluem justamente as comunidades que desenvolveram e sustentaram essa prática.

Diante desse cenário, os camponeses de Wupperthal adotaram estratégias agroecológicas e econômicas baseadas na solidariedade — entre os produtores da própria comunidade, entre produtores e consumidores, e em ligação com outros camponeses. Esses esforços representam uma forma de resistência e reivindicação, buscando reassumir o controle comunitário sobre a terra, o trabalho e as economias locais diante da apropriação corporativa:

Para nós [Via Campesina], a soberania alimentar não é apenas sobre o que comemos. É sobre como vivemos, como conhecemos e como resistimos. Nossa luta é por um futuro onde nossas formas de cultivar, conhecer e ser não estejam separadas, mas mantidas juntas com dignidade e liberdade.<sup>8</sup>

---

7 Entrevista pessoal com um membro da comunidade e agricultor camponês, Wupperthal, 28 de maio de 2025.

8 Entrevista pessoal com um membro da equipa da secretaria da LVC-SEAF, online, 9 de maio de 2025.

Outra questão central que a LVC-SEAF e a RWA buscam abordar são as condições precárias e as lutas enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras rurais. Por exemplo, na África do Sul, o Women on Farms Project (WFP), membro de longa data da RWA, desempenha um papel central na organização em torno de direitos trabalhistas, justiça de gênero e acesso à terra dentro de um sistema agrícola profundamente desigual. O trabalho da organização é fundamentado nas experiências vividas por mulheres que são simultaneamente trabalhadoras e residentes em fazendas comerciais, onde gerações de suas famílias viveram sob a autoridade de proprietários brancos, muitas vezes corporativos. Como explicou uma membro do WFP,<sup>9</sup> a realidade é que as trabalhadoras rurais não apenas foram despojadas de seus direitos laborais, mas também de sua autonomia espacial e segurança. Quando trabalhadores são despedidos ou a posse da terra muda de mãos, famílias inteiras são forçadamente despejadas, apesar de residirem nessas terras por gerações. Esses despejos, frequentemente realizados com impunidade, geram uma condição de precariedade permanente para as mulheres trabalhadoras rurais, particularmente no Cabo Ocidental. De acordo com a membro do WFP:

Este sofrimento não é novo – é intergeracional. As mulheres herdaram não apenas a pobreza, mas também o trauma e a exclusão da terra. Quando os agricultores corporativos falam sobre propriedade, eles excluem as pessoas que construíram e sustentaram essas fazendas por décadas.<sup>10</sup>

As campanhas do WFP não se limitam a garantir melhores condições de trabalho, mas visam uma transformação agrária profunda. A organização faz parte de um movimento crescente de reparações feministas que reivindica o acesso à terra para as mulheres – não apenas para residir, mas para produzir alimentos segundo princípios agroecológicos.<sup>11</sup>

---

9 Entrevista pessoal com uma líder do WFP, Joanesburgo, 13 de junho de 2025.

10 Entrevista pessoal com uma líder do WFP, Joanesburgo, 13 de junho de 2025..

11 Entrevista pessoal com uma líder do WFP, Joanesburgo, 13 de junho de 2025.

Crucialmente, a demanda por terra não é apresentada isoladamente, mas articulada como uma forma de resistência aos sistemas alimentares corporativos e às lógicas extrativistas e orientadas pelo lucro que os sustentam. O *Women on Farms* defende a responsabilização corporativa – insistindo que as empresas que se beneficiam do trabalho agrícola devem assumir a responsabilidade pelas condições de trabalho dos trabalhadores rurais e dos pequenos produtores. A ênfase na agroecologia representa não apenas uma alternativa de produção sustentável, mas também um projeto político: a recusa em replicar modelos capitalistas de exploração quando a terra é assegurada às mulheres e às comunidades. Em suma, a análise apresentada pela líder do *Women on Farms Project* destaca como as lutas interseccionais por terra, trabalho, gênero e justiça ecológica são mutuamente constitutivas.<sup>12</sup> A campanha pelos direitos das trabalhadoras rurais, portanto, não é apenas um esforço defensivo para garantir melhores salários ou condições de vida, mas faz parte de um movimento mais amplo para recuperar os espaços agrários do controle corporativo, centrar a reparação histórica e reinventar os sistemas alimentares sob a ótica da justiça feminista e ecológica.

No Zimbábue, a interseção entre direitos à terra, agroecologia e justiça climática emergiu como central para os meios de subsistência e as lutas políticas das mulheres rurais. A organização Women and Land in Zimbabwe (WLZ) está inserida numa campanha regional mais ampla da RWA no Sul da África – “Uma Mulher, Um Hectare” – que busca garantir que cada mulher rural tenha acesso seguro a pelo menos um hectare de terra produtiva, tanto para subsistência quanto para geração de renda.<sup>13</sup> Essa demanda por terra não é simbólica; trata-se de uma intervenção material e estratégica nas estruturas pós-coloniais e patriarcais que continuam a negar às mulheres rurais a segurança na posse da terra. Como observa a líder da WLZ: “a terra é o começo de tudo para as

---

12 Entrevista pessoal com uma líder do WFP, Joanesburgo, 13 de junho de 2025.

13 EntrevistapessoalcommembrodaWomenandLandnoZimbábue, Joanesburgo, 13 de junho de 2025. Para mais informações sobre a campanha: <https://www.ruralwomensassembly.org/rwa-sa-one-woman-one-hectare-campaign/>

mulheres rurais – sem ela, não podemos alimentar nossas famílias, construir meios de subsistência ou nos adaptar à crise climática.”<sup>14</sup>

No Zimbábue, a luta pelo acesso à terra ocorre em meio a uma complexa economia política da governança fundiária, na qual as autoridades tradicionais continuam a desempenhar um papel significativo como guardiãs das terras comunitárias. A WLZ atua estrategicamente com os líderes tradicionais, envolvendo-os em processos de realocação de terras e governança fundiária sensível ao gênero, ao mesmo tempo em que advoga junto ao Ministério das Terras e Agricultura, a instituição estatal formalmente responsável pela administração da terra.<sup>15</sup>

Um componente central do trabalho da organização é a promoção de sistemas agrícolas agroecológicos fundamentados no conhecimento tradicional, na soberania de sementes e na gestão ecológica. As mulheres que obtêm acesso à terra por meio da iniciativa “Uma Mulher, Um Hectare” participam de atividades de conservação, troca e melhoria de sementes – circulando variedades tradicionais entre si e produzindo fertilizantes orgânicos e bio-pesticidas adaptados às condições locais. Em 2024, reconhecendo o acesso desigual às sementes entre suas associadas, a WLZ facilitou uma redistribuição significativa de sementes baseada na solidariedade, obtendo e alocando material para mulheres que não tinham sementes para plantio. Segundo uma líder da WLZ, sementes foram distribuídas para 2.000 mulheres agricultoras rurais:

Felizmente, as chuvas foram normais acima da média, resultando em uma boa colheita. As 2.000 mulheres iniciais agora estão compartilhando sementes, e o programa tem como meta alcançar de 6.000 a 8.000 mulheres rurais com melhor acesso a sementes tradicionais. As culturas distribuídas incluíram feijão-caupi, amendoim, milhete, sorgo, milho amarelo, girassol e amendoim.<sup>16</sup>

---

14 Entrevista pessoal com membro da Women and Land no Zimbábue, Joanesburgo, 13 de junho de 2025.

15 Entrevista pessoal com membro da Women and Land no Zimbábue, Joanesburgo, 13 de junho de 2025.

16 Entrevista pessoal com membro da Women and Land no Zimbábue, online, 8 de setembro de 2025.

Além da produção primária, a organização também desenvolveu um modelo de agregação de valor por meio de estruturas cooperativas, conhecidas como “unidades comerciais de vila solidária”.<sup>17</sup> Essas unidades concentram-se no processamento de produtos agrícolas em itens como óleos (de soja, amendoim e girassol) e carnes processadas, gerando assim valor agregado e renda comunitária, especialmente para famílias chefiadas por mulheres. Além disso, sua prática agroecológica está vinculada à justiça climática por meio de forte ênfase no reflorestamento e na gestão ambiental, exemplificada pela campanha “Uma Mulher, Dez Árvores” – em que cada membro se compromete a plantar dez árvores por ano. O programa reflete, portanto, uma ética ambiental feminista (Enciclopédia De Filosofia de Stanford, 2021), conectando a proteção da biodiversidade a estratégias de adaptação climática lideradas pelas comunidades.

No entanto, a organização atua em um ambiente econômico e político cada vez mais hostil. As terras e os meios de subsistência das mulheres rurais estão sob ameaça tanto por desigualdades históricas quanto por forças contemporâneas de desapropriação, incluindo operações de mineração em grande escala, projetos de créditos de carbono e empreendimentos agrícolas corporativos, frequentemente apoiados por capital estrangeiro e nacional. Tais desenvolvimentos têm levado ao deslocamento de comunidades rurais, enfraquecendo os sistemas de posse de terra consuetudinários e intensificando a precariedade, particularmente para as mulheres (Pereira; Tsikata, 2021). Em resposta, o trabalho da Women and Land no Zimbábue representa uma forma de resistência agrária e territorialidade feminista, na qual as mulheres afirmam seu direito à terra não apenas como um recurso produtivo, mas como base para autonomia, dignidade e cuidado ecológico.

---

17 Personal interview with member of Women and Land in Zimbabwe, Johannesburg, 13 June 2025

#### **4 Possibilidades e caminhos nas Economias Solidárias Agrárias**

Assim como em outros esforços de resistência de base, as operações de redes de solidariedade econômica, como a LVC e a RWA na África Austral, apresentam limitações, dilemas estratégicos e um terreno desigual. Embora essas redes ofereçam imaginários radicais de justiça ecológica e econômica, seu trabalho é continuamente contestado, não apenas por forças externas, como o capital e o Estado, mas também pela heterogeneidade interna das comunidades que buscam representar. Por exemplo, em Moçambique, a UNAC promove práticas agroecológicas e a soberania das sementes como alternativas aos modelos de agronegócio liderados por corporações. Contudo, a UNAC é forçada a equilibrar a colaboração com programas governamentais – alguns alinhados a prioridades de desenvolvimento neoliberal – com a manutenção da autonomia na defesa dos direitos dos camponeses. Essa tensão é evidente nas negociações em torno de programas (como o Sustenta<sup>18</sup> e a revisão neoliberal de uma lei de terras progressista), nos quais iniciativas estatais prometem investimento, mas correm o risco de comprometer o controle local sobre terras e sementes (Ollinaho; Bruna; Monjane, 2025).

De forma semelhante, no Zimbábue, a RWA organizara bancos locais de sementes e promovem o comércio cooperativo para fortalecer a solidariedade econômica e a soberania alimentar. A RWA lida com as complexidades e contradições presentes tanto dentro do movimento quanto nas comunidades onde seus membros vivem, trabalham e desenvolvem suas atividades econômicas. Essas contradições não são ignoradas; pelo contrário, são discutidas abertamente durante reuniões de liderança e assembleias da RWA. Entre os desafios identificados estão dinâmicas internas das comunidades

---

18 O Sustenta foi o Programa Nacional de Moçambique para a Integração da Agricultura Familiar em Cadeias Produtivas de Valor, com o objetivo principal de aumentar a renda agrícola das famílias para, pelo menos, o mínimo necessário para superar a linha da pobreza alimentar (Fome Zero). O Sustenta realizou uma fase piloto de 2016 a 2019 e foi expandido para todo o país em meados de 2019. Este programa, orientado por uma lógica neoliberal, foi problemático e marcado por corrupção e captura por elites (Monjane, 2023; MonjanE, 2021).

moldadas por desigualdades de gênero, acesso desigual a recursos e divisões geracionais. Como destacou a líder da *Women in Land* no Zimbábue em entrevista, essas tensões influenciam a forma como as mulheres desempenham seus papéis na comunidade, gerenciam seus meios de subsistência e participam da tomada de decisões, ilustrando de que maneira questões estruturais mais amplas se entrelaçam com a vida social e econômica cotidiana.<sup>19</sup>

Estes exemplos ilustram como as práticas econômicas alternativas dentro dos movimentos agrários e de camponeses são moldadas tanto por pressões externas de atores corporativos e estatais quanto pelos desafios de navegar pelos interesses e relações de poder diversos das comunidades, evidenciando a natureza desigual e contestada da resistência de base na região.

A maioria dos camponeses – contando milhões em toda a África – permanece em grande parte fora dos circuitos do capital agrário e dos debates sobre a responsabilidade corporativa. Ou seja, eles não compram sementes corporativas, fertilizantes sintéticos, agroquímicos ou insumos mecanizados que dominam a agricultura industrial. Nem lhes é solicitado que participem de conferências ou debates públicos sobre como a impunidade corporativa deve ser interrompida e como as corporações devem responder por transgressões aos direitos humanos e degradação ecológica. Na minha visão, essa exclusão não é apenas uma questão de resistência deliberada à dependência corporativa, mas também um reflexo de restrições econômicas estruturais que limitam sua capacidade de participar de modelos de agricultura intensiva em capital.

Como resultado, o capital agrário enfrenta um duplo desafio: deve tanto tentar incorporar os produtores camponeses – frequentemente por mecanismos coercitivos ou adversos – quanto lidar com a persistência de sua exclusão parcial ou total das cadeias de valor formais. Essa dinâmica contraditória evidencia o terreno desigual sobre o qual a agricultura corporativa busca se expandir e ressalta a importância da autonomia camponesa na economia política mais ampla da alimentação e da agricultura.

---

19 Entrevista pessoal com membro da *Women and Land* no Zimbábue, Joanesburgo, 13 de junho de 2025.

Outro desafio premente reside na crescente “ONG-ização” dos movimentos de base. A dependência de financiamento de doadores, mecanismos de prestação de contas e intervenções baseadas em projetos pode, inadvertidamente, desviar as prioridades do movimento de construção de longo prazo para resultados de curto prazo. Nesse processo, o potencial transformador e insurgente dessas formações pode ser comprometido, à medida que a responsabilidade se desloca das bases comunitárias para os financiadores internacionais.<sup>20</sup> Um exemplo pertinente dessa dinâmica pode ser observado na experiência de algumas organizações camponesas dentro da UNAC em Moçambique. Inicialmente formada como um movimento de base para defender os direitos à terra e a soberania alimentar, partes da UNAC tornaram-se progressivamente dependentes de financiamentos provenientes de doadores. A entrada desses fundos internacionais veio acompanhada de exigências complexas de prestação de contas, prazos e resultados de projetos pré-definidos, frequentemente desalinhados com as prioridades locais e as lutas políticas. Como resultado, surgiram tensões dentro da organização – entre a liderança e os membros de base – sobre a direção e a autonomia do movimento.<sup>21</sup>

Além disso, alianças entre Estado e corporações continuam a minar a soberania comunitária em toda a região. Em países como Zimbábue e Moçambique, defensores da terra e líderes camponeses são rotineiramente submetidos a assédio, vigilância e criminalização. O uso de instituições públicas, incluindo órgãos reguladores ambientais, comissões de terras e processos judiciais, para legitimar a invasão corporativa de terras comunitárias permanece generalizado (Acero; Thomson, 2022). Nesse cenário hostil, a segurança dos ativistas não é apenas uma preocupação logística, mas também uma condição estrutural que molda quais formas de resistência são possíveis e para quem. A esses fatores externos somam-se as diferenciações de classe internas dentro das próprias

---

20 Ver Rammelt; Kołczyńska, 2025.

21 Essa percepção foi registrada pelo autor durante uma discussão em grupo focal realizada como parte de sua pesquisa de doutorado com membros da UNAC — camponeses — na província de Nampula, em março de 2018.

comunidades rurais. A base social invocada por organizações como a LVC-SEAF e a RWA, composta por camponeses e camponesas, pessoas sem terra e produtores informais, está longe de ser homogênea. Processos de diferenciação de classe e de “estratificação” produziram interesses divergentes mesmo dentro da mesma comunidade geográfica. Em inúmeros casos, segmentos da população rural alinharam-se a empresas de agronegócio ou de mineração, seja por desespero econômico, seja na expectativa de ganhos pessoais, seja sob a forma de emprego, contratos ou benefícios materiais.

Por exemplo, em Moçambique, durante a implementação do projeto ProSavana no Corredor de Nacala, muitas comunidades camponesas – mobilizadas pela UNAC e movimentos aliados – resistiram às concessões de terra para investidores do agronegócio brasileiros e japoneses, enquanto outras ‘receberam’ o projeto, na esperança de geração de empregos ou compensações. Alguns líderes locais chegaram a facilitar negócios de terra, vendo-os como oportunidades para desenvolvimento de infraestrutura ou ganho pessoal.<sup>22</sup>

Na África do Sul, dinâmicas semelhantes ocorreram em áreas afetadas pela expansão da mineração e do agronegócio. Na província de Limpopo, por exemplo, comunidades próximas às operações de mineração de carvão em Makhado vivenciaram divisões entre aqueles que resistem à perda de terra e à degradação ambiental e aqueles que apoiam as minas devido à promessa de emprego ou oportunidades de subcontratação (Muzhambi, 2021). Da mesma forma, no Zimbábue, a expansão de esquemas de agricultura contratada para tabaco e algodão produziu resultados desiguais. Enquanto alguns agricultores se beneficiam do acesso a insumos e mercados, outros caem em ciclos de dívida e dependência, criando posições comunitárias fragmentadas em relação às empresas agrícolas, com segmentos de pequenos produtores defendendo contratos que outros criticam como exploratórios.

---

22 Essa percepção foi registrada pelo autor durante uma discussão em grupo focal realizada como parte de sua pesquisa de doutorado com membros da UNAC — agricultores camponeses — na província de Nampula, em março de 2018.

Como destacou um líder camponês do Zimbábue, membro da LVC-SEAF: “Não estamos apenas lutando contra a empresa, às vezes estamos lutando contra nossos próprios vizinhos, que veem a empresa como uma saída da pobreza.”<sup>23</sup> Essas tensões ressaltam a realidade de que a resistência é sempre negociada, e a solidariedade precisa ser continuamente reconstituída por meio da educação política, da luta compartilhada e do cuidado relacional.

No entanto, apesar desses obstáculos, redes como a LVC-SEAF e a RWA permanecem entre os espaços mais vitais de contra-poder na região, buscando envolver pequenos produtores de alimentos em uma economia agrária mais democrática. O compromisso dessas redes com a organização feminista, a práxis agroecológica e o direito ao consentimento comunitário constitui não apenas uma rejeição do desenvolvimentismo corporativo, mas também uma afirmação de horizontes alternativos.

## 5 Conclusão

Em discussões sobre contrapoder, há frequentemente uma expectativa implícita de que tais forças devem ter escala, organização e influência comparáveis às estruturas hegemônicas que buscam desafiar. Essa perspectiva assume que o contrapoder só pode ser eficaz quando espelha, de algum modo, o peso institucional e o alcance dos sistemas dominantes. No entanto, esse entendimento corre o risco de negligenciar a importância de formas dispersas, de pequena escala e aparentemente fragmentadas de resistência que, embora não correspondam diretamente à medida das forças hegemônicas, ainda assim representam desafios significativos à sua dominação. Ao examinar a LVC África Austral e Oriental (LVC-SEAF) e a Rural Women Assembly (RWA), este artigo ilustra como redes fundamentadas na economia solidária estão fomentando alternativas que contestam o poder corporativo – particularmente na agricultura capitalista corporativa – contribuindo, assim, para a democratização da economia agrária.

---

23 Entrevista pessoal com líder camponês do Zimbábue, online, 29 de maio de 2025..

A LVC-SEAF e a RWA promovem práticas mais centradas nas pessoas, socialmente responsáveis e orientadas para o benefício comunitário, em vez da acumulação de lucros. Ao fazê-lo, abrem um espaço crítico para quadros alternativos de governança econômica, fundamentados nos valores da solidariedade, sustentabilidade ecológica e controle democrático sobre os recursos naturais. Isso inclui bancos comunitários de sementes e práticas de compartilhamento que preservam a agrobiodiversidade e resistem ao controle corporativo das sementes em países como Zimbábue e Moçambique. Além disso, elas mantêm escolas de agroecologia que promovem técnicas agrícolas sustentáveis e uma consciência política compartilhada baseada na soberania alimentar e nos valores feministas. Em momentos de crise, como deslocamentos induzidos por empresas, os movimentos mobilizam delegações de solidariedade e ações de incidência para apoiar as comunidades afetadas. Ademais, por meio de plataformas de organização transfronteiriça, mulheres rurais trocam estratégias para resistir ao land grabbing e ao poder corporativo, construindo uma rede regional de alfabetização legal.

Sob a lente da economia solidária, as práticas da LVC-SEAF e da RWA adquirem maior clareza analítica. A economia solidária não é apenas um arranjo econômico, mas um projeto político que desafia o paradigma dominante da agricultura corporativa voltada para maximização de lucro. Ela se alinha fortemente às iniciativas dessas redes, que criam e sustentam circuitos alternativos de produção, distribuição e troca fundamentados na reciprocidade, cooperação e cuidado ecológico. Ao priorizar a solidariedade em vez da acumulação, essas iniciativas demonstram que camponeses e mulheres rurais não são receptores passivos do desenvolvimento, mas agentes ativos na produção de economias alternativas. Esse quadro é particularmente apropriado porque se alinha à forma como os próprios movimentos conceptualizam suas lutas – não como empreendimentos isolados ou assistenciais, mas como parte integrante da construção de uma ordem agrária diferente.

Um aspecto crucial de seu trabalho político reside na forma como enquadram a responsabilização corporativa. Diferentemente das abordagens brandas e frequentemente inócuas incorporadas à responsabilidade social corporativa (CSR) ou às diretrizes

voluntárias, que priorizam a gestão reputacional em detrimento de mudanças estruturais, a LVC-SEAF e a RWA articulam uma visão contestatória e bottom-up de accountability. Para elas, responsabilização não se trata de empresas relatarem suas “boas ações”, mas de comunidades terem o poder de expor, resistir e redirecionar práticas corporativas. Suas campanhas – seja em torno de reforma agrária, sementes camponesas ou justiça climática – insistem que empresas e Estados devem ser responsabilizados por violações de direitos e destruição de ecossistemas. Ao mobilizar protestos, litígios, declarações públicas e formas alternativas de comercialização, eles desestabilizam a legitimidade cuidadosamente construída das agribusinesses. Mesmo que os efeitos dessas ações nem sempre sejam imediatos ou estruturais, elas têm impactos discursivos, simbólicos e práticos que perturbam a narrativa hegemônica do capitalismo agrário. Essas iniciativas produzem fissuras no discurso dominante que apresenta um caminho singular e linear para o desenvolvimento – baseado na integração aos mercados globais, na agricultura industrializada e na “modernização” liderada por corporações. Ao insistir na viabilidade de práticas como agroecologia, compartilhamento de sementes e comércio solidário, esses movimentos contestam a noção de que “não há alternativa”. Eles não substituem o modelo hegemônico integralmente, mas demonstram que alternativas existem, estão sendo praticadas e podem ser ampliadas por meio da organização coletiva. Tais fissuras são significativas: mantêm aberta a possibilidade de contestação, recusando o fechamento que os discursos neoliberais agrários buscam impor.

É importante, no entanto, não superestimar o poder transformador desses movimentos. Eles operam em bases sociais heterogêneas que não estão livres de tensões internas – desigualdades de gênero, divisões geracionais e acesso desigual a recursos moldam suas lutas. A dependência de financiamento externo e as pressões da “NGO-ização” às vezes limitam sua autonomia, e a necessidade de profissionalização para garantir recursos pode afastar líderes de suas bases. Além disso, suas estratégias nem sempre escapam à cooptação, à medida que Estados e corporações se adaptam para neutralizar a resistência. Contudo, reconhecer essas contradições

não diminui sua relevância. Pelo contrário, é epistemologicamente justo e politicamente necessário reconhecer sua agência ativa, mesmo em condições restritas.

Este artigo demonstra que, embora as críticas a esses movimentos – ou aos marcos de soberania alimentar e agroecologia de forma mais ampla (BERNSTEIN, 2014) – sejam valiosas, elas não invalidam as experiências vividas pelos camponeses e mulheres rurais que se mobilizam em torno desses conceitos. Em vez disso, a soberania alimentar e a identidade camponesa funcionam menos como categorias rígidas e mais como enquadramentos mobilizadores, permitindo ação coletiva e solidariedade em contextos diversos. Dessa forma, o artigo reafirma a importância de tratar esses movimentos não como utópicos ou essencializados, mas como atores historicamente situados, dinâmicos, que geram alternativas significativas.

Em última instância, a contribuição da LVC-SEAf e da RWA reside em sua capacidade de politizar as lutas cotidianas de maneiras que desafiam o capitalismo agrário corporativo e ampliam os horizontes de possibilidade para futuros agrários. Eles podem não desmontar o poder corporativo sozinhos, mas, por meio de seus discursos, campanhas, estratégias de comercialização e solidariedades transfronteiriças, estão construindo gradualmente espaços nos quais outras formas de vida e economia podem ser imaginadas e praticadas. O contrapoder, como demonstrado aqui, não precisa igualar o peso institucional dos sistemas hegemônicos para ser significativo; ele frequentemente emerge por meio de práticas dispersas, localizadas e experimentais que, coletivamente, resistem, subvertem e reconfiguram estruturas dominantes. Atores como a LVC-SEAf e a RWA interrompem a consolidação do controle corporativo sobre a produção, distribuição e consumo de alimentos ao sustentar redes alimentares alternativas, preservar a biodiversidade e manter sistemas de conhecimento e produção enraizados na organização local e comunitária. Suas práticas oferecem alternativas viáveis aos sistemas alimentares industrializados e mercantilizados, demonstrando que o contrapoder pode emergir de lutas cotidianas que abrem espaços para contestação e reimaginam futuros agrários.

## REFERÊNCIAS

- ACERO, Camilo; THOMSON, Frances. "Everything peasants do is illegal": Colombian coca growers' everyday experiences of law enforcement and its impacts on state legitimacy. **Third World Quarterly**, v. 43, n. 11, p. 2674-2692, 2022.
- AHLUWALIA, Saurabh. A Critique of Corporate Social Responsibility in Light of Classical Economics. **Academy of Marketing Science Review**, v. 12, n. 1, p. 25-29, 2022.
- ANDREWS, Mercia. A Case Study of the Southern African Rural Women's Assembly: "We can bend the stick". **Agenda**, v. 33, n. 1, p. 48-58, 2019.
- BENNIE, Andre; SATGOOR, Athish. Deepening the just transition through food sovereignty and the solidarity economy. In: SATGAR, Vishwas (Org.). **The climate crisis: South Africa and global democratic eco-socialist alternatives**. Johannesburg: Wits University Press, 2018.
- BENNIE, Andre. The solidarity economy alternative in South Africa: theory and practice. In: FAKIER, Khayaat; EHMKE, Ellen (Org.). **Socio-economic insecurity in emerging economies**. London: Routledge, 2014. p. 183-194.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. (inserir páginas se disponíveis), jan./jul. 2019.
- BERNSTEIN, Henry. Food sovereignty via the 'Peasant Way': a sceptical view. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 1031-1063, 2014.
- BORRAS JR., Saturnino M. La Via Campesina—Transforming Agrarian and Knowledge Politics, and Co-Constructing a Field: A Laudation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 2, p. 691-724, 2023.
- BORRAS JR., Saturnino M.; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. Transnational agrarian movements: origins and politics, campaigns and impact. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 169-204, 2008.
- CUNHA, Teresa; LAURIS, Érica. À procura de um outro constitucionalismo econômico: construindo a cidadania a partir de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres do Sul. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 150-175, 2016.
- CHAMBATI, Walter; MAZWI, Freedom; MBERI, Steven. Agrarian Accumulation and Peasant. In: GUMEDE, Vusi (Ed.). **Inclusive Development in Africa: Transformation of Global Relations**. Lynne Rienner, 2018.
- CHIKANDA, Abel; RAIMUNDO, Inocência. Informal entrepreneurship and cross-border trade between Mozambique and South Africa. **African Human Mobility Review**, v. 3, n. 2, p. 943-974, 2017.
- DE SOUZA, Marcelo Lopes. 'Sacrifice Zone': The Environment-Territory-Place of Disposable Lives. **Community Development Journal**, v. 56, n. 2, p. 220-243, 2021.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. The rise and fall of ProSAVANA: from triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance. **Observador Rural**, n. 82, 2019. Disponível em: <<https://omrmz.org/wp-content/uploads/2024/02/ProSAVANA-ENG-OR-82-1.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2025.

GREENBERG, Stephen. Corporate expansion in African seed systems: Implications for agricultural biodiversity and food sovereignty. In: WYNBERG, Rachel (Ed.). **African Perspectives on Agroecology**. Practical Action, 2024.

GREENBERG, Stephen. Corporate power in the agro-food system and the consumer food environment in South Africa. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 2, p. 467-496, 2017.

HALL, Ruth. Land grabbing in Southern Africa: the many faces of the investor rush. **Review of African Political Economy**, v. 38, n. 128, p. 193-214, 2011.

HELLIKER, Kirk; MURISA, Tendai (Eds.). **Land struggles and civil society in Southern Africa**. Africa World Press, 2011.

LA VIA CAMPESINA. **La Via Campesina joins the mobilization at the UN in favor of a binding treaty to dismantle corporate power**. 25 out. 2016. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/2016/10/la-via-campesina-joins-the-mobilization-at-the-un-in-favor-of-a-binding-treaty-to-dismantle-corporate-power/>>. Acesso em: 23 set. 2025.

LAVILLE, Jean-Louis. **The solidarity economy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2023.

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. La Vía Campesina: The Birth and Evolution of a Transnational Social Movement. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 149-175, 2010.

MONJANE, Boaventura. Uma leitura céptica do processo da revisão da Política Nacional de Terras. **Destaque Rural**, n. 143, 2021. Disponível em: <<https://omrmz.org/wp-content/uploads/DR-143-Uma-leitura-c%C3%A9ptica-do-processo-da-revis%C3%A3o-da-pol%C3%ADtica-nacional-de-terras.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2025.

MONJANE, Boaventura. A grande batalha pela terra: entre o neoliberalismo fundiário e as resistências camponesas em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Teresa (Org.). **Economias de bem viver**. Coimbra: Almedina, 2022. p. 281-307.

MONJANE, Boaventura Eugénio. **Rural struggles and emancipation in Southern Africa**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, 2021.

MUZHAMBI, Desire Marandela. **The global geographies of mining and local expectations: the case of a new coalmine project in Makhado, Limpopo**. 2021. Dissertação (Mestrado) – University of the Witwatersrand, Johannesburg, 2021.

NHANTUMBO, Isilda; SALOMÃO, Alda. **Biofuels, land access and rural livelihoods in Mozambique**. International Institute for Environment and Development, 2010.

NEILSON, David. Bringing in the 'neoliberal model of development'. **Capital & Class**, v. 44, n. 1, p. 85–108, 2020.

NORFOLK, Simon; QUAN, Julian; MULLINS, Dan. **Options for securing tenure and documenting land rights in Mozambique**. Natural Resources Institute, 2020. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/340511188\\_Options\\_for\\_Securing\\_Tenure\\_and\\_Documenting\\_Land\\_Rights\\_in\\_Mozambique\\_A\\_Land\\_Policy\\_Practice\\_Paper](https://www.researchgate.net/publication/340511188_Options_for_Securing_Tenure_and_Documenting_Land_Rights_in_Mozambique_A_Land_Policy_Practice_Paper)>. Acesso em: 23 set. 2025.

OLLINHAHO, Ossi I.; BRUNA, Natacha; MONJANE, Boaventura. Proposed revisions to a Mozambican land law threaten environmental sustainability and poverty reduction. **Nature Ecology & Evolution**, v. 9, n. 4, p. 1-2, 2025.

OYA, Carlos. Agro-pessimism, capitalism and agrarian change. In: PADAYACHEE, Vishnu (ed.). **The political economy of Africa**. London; New York: Routledge, 2010.

PEREIRA, Charmaine; TSIKATA, Dzodzi. Contextualising Extractivism in Africa. **Feminist Africa**, v. 2, n. 1, p. 14–48, 2021.

RAJAK, Dinah. **In Good Company: An Anatomy of Corporate Social Responsibility**. Stanford University Press, 2011.

RAMMELT, Henry P.; KOŁCZYŃSKA, Marta. Donor dependency, embeddedness and organizational structure of civil society. **Global Networks**, v. 25, n. 3, p. e70024, 2025.

SALOMÃO, Alda Isabel Aníbal. **Land based investments in Mozambique**. 2020. Tese (Doutorado) – Utrecht University, Utrecht, 2020.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, p. 3-6, 2003.

UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES. **Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSAVANA**. Maputo, 2012.

VAL, Valentín; ROSSET, Peter M.; ZAMORA LOMELÍ, Carla; GIRALDO, Omar Felipe; ROCHELEAU, Dianne. Agroecology and La Via Campesina I: the symbolic and material construction of agroecology through the dispositive of “peasant-to-peasant” processes. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7-8, p. 872-894, 2019.

WEGERIF, Marc C. A. **Feeding Dar es Salaam: a symbiotic food system perspective**. 2017. Tese (Doutorado) – Wageningen University, Wageningen, 2017.

WORLD BANK. **World development report 2008: agriculture for development**. Washington, D.C.: World Bank, 2007.